

Institui o Sistema Nacional de Educação, nos termos do art. 23, parágrafo único, do art. 211 e do art. 214 da Constituição Federal.

**O Congresso Nacional decreta:**

## **CAPÍTULO I**

### **DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Esta Lei Complementar institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) e fixa normas para a cooperação e a colaboração em matéria educacional entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nos termos do art. 23, parágrafo único, do art. 211 e do art. 214 da Constituição Federal.

§ 1º O SNE consiste na articulação dos sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a coordenação da União, com vistas à integração de planejamento, formulação, implementação e avaliação de políticas, programas e ações das diferentes esferas governamentais.

§ 2º Lei específica de cada ente federado instituirá os sistemas estaduais, distrital e municipais de educação, respeitadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei Complementar, ressalvados os casos dos Municípios optantes por se integrar ao sistema estadual de ensino, conforme disposto no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

**Art. 2º** O SNE será organizado a partir dos seguintes princípios e diretrizes:

- I – educação como direito social;
- II – igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, inclusive para aqueles que não tiveram oportunidade na idade própria;
- III – equidade na alocação de recursos e na definição de políticas públicas na área educacional;
- IV – governança com base no princípio da gestão democrática da educação e na negociação e pactuação entre os gestores da educação, respeitada a autonomia dos entes subnacionais;
- V – integração do planejamento, por meio de planos decenais de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE);
- VI – articulação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;

VII – estabelecimento de padrões nacionais de qualidade para a educação básica, consideradas as condições adequadas de oferta e, no caso da educação básica pública, a adoção, como referência, do Custo Aluno Qualidade (CAQ), na forma do § 7º do art. 211 da Constituição Federal;

VIII – garantia de políticas educacionais inclusivas para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, bem como para crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido ameaçados ou violados;

IX – atendimento às necessidades específicas das populações do campo e das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, observando em quaisquer processos a consulta prévia e informada à respectiva comunidade;

X – definição de base nacional comum curricular, para orientar a composição do currículo e dos processos de avaliação educacional;

XI – colaboração intersetorial entre educação e outras áreas, como saúde, segurança, proteção da criança e do adolescente, trabalho e emprego, assistência social, previdência, esporte e cultura;

XII – valorização e desenvolvimento profissional permanente dos profissionais da educação, resguardadas a autonomia e a liberdade de atuação do profissional e a contextualização histórica, política, cultural e social do conhecimento;

XIII – gestão democrática da educação pública, baseada na autonomia dos sistemas, estabelecimentos de ensino e órgãos educacionais e na participação da comunidade educacional e da sociedade civil;

XIV – acesso à informação e transparência, garantida a participação social;

XV – promoção dos direitos humanos, da diversidade sociocultural e da sustentabilidade socioambiental;

XVI – redução das desigualdades educacionais, promoção da cidadania e valorização da diversidade;

XVII – combate a qualquer tipo de preconceito, discriminação, violência e intimidação sistemática;

XVIII – proibição de retrocesso na implementação das políticas educacionais e na efetivação do direito à educação;

XIX – respeito à autonomia universitária e à decisão da comunidade acadêmica nas consultas para escolha de dirigentes de instituições públicas de ensino superior;

XX – promoção do empreendedorismo e da inovação, inclusive por meio de programas e cursos específicos de formação de docentes, visando à conexão entre os conhecimentos técnicos e científicos e o mundo do trabalho e da produção.

Parágrafo único. A critério dos sistemas de ensino, no ano letivo afetado por estado de calamidade pública ou de emergência de saúde pública, serão desenvolvidas atividades pedagógicas não presenciais:

I – na educação infantil, de acordo com os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dessa etapa da educação básica e com as orientações pediátricas pertinentes quanto ao uso de tecnologias da informação e comunicação;



## CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

II – no ensino fundamental e no ensino médio, vinculadas aos conteúdos curriculares de cada etapa e modalidade, inclusive por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, cujo cômputo, para efeitos de integralização da carga horária mínima anual, obedecerá a critérios objetivos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE);

III – na educação superior, vinculadas aos conteúdos curriculares de cada curso, por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, para fins de integralização da respectiva carga horária exigida.

**Art. 3º** O SNE tem como objetivos:

I – universalizar o acesso à educação básica de qualidade, assegurando a aprendizagem com equidade;

II – erradicar o analfabetismo;

III – fortalecer mecanismos redistributivos, de forma a garantir padrão mínimo de qualidade educacional com equalização de oportunidades educacionais mediante assistência técnica, pedagógica e financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados com relação aos seus Municípios, tendo como referência o CAQ;

IV – garantir adequada infraestrutura física, tecnológica e de pessoal para todas as escolas públicas, inclusive em termos de condições sanitárias, de acessibilidade e de conectividade;

V – articular níveis, etapas e modalidades de ensino, para implementação conjunta de políticas, programas e ações;

VI – racionalizar a aplicação dos recursos públicos vinculados à educação, coordenando esforços entre os entes federados;

VII – zelar pela colaboração das redes pública e privada de educação;

VIII – incorporar tecnologias da informação e do conhecimento nas práticas pedagógicas escolares;

IX – assegurar padrão de qualidade das instituições formadoras de docentes, incluindo prática docente durante o processo de formação;

X – elaborar e cumprir os planos de educação em todos os níveis da Federação;

XI – assegurar a participação democrática nos processos de planejamento, coordenação, gestão e avaliação;

XII – promover a valorização e o desenvolvimento profissional permanente dos profissionais da educação, considerando ingresso exclusivamente por concurso público, remuneração condigna, carreira atrativa, adequadas condições de trabalho, saúde e piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação básica;

XIII – assegurar o cumprimento do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica em todas as unidades da Federação;

XIV – garantir o acesso à educação básica obrigatória e gratuita de que trata o art. 208 da Constituição Federal, a identificação e o atendimento à demanda de acesso a creche para crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos e a educação de jovens e adultos para os que não concluíram a educação básica, assegurada a busca ativa;



XV – instituir instâncias permanentes de pactuação federativa para estruturar e desenvolver a cooperação federativa em matéria educacional, potencializando a função redistributiva e supletiva da União em relação aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados em relação aos seus Municípios;

XVI – garantir dotações orçamentárias para o financiamento da educação pública, em todos os níveis, etapas e modalidades, compatíveis com as metas e estratégias definidas nos planos decenais de educação, tendo o CAQ como referência para a consecução do padrão de qualidade no âmbito da educação básica;

XVII – avaliar e regulamentar a oferta do setor público e do setor privado, com transparência e controle social, com vistas a promover a inclusão e a qualidade social da educação;

XVIII – assegurar formação inicial e continuada específica aos profissionais da educação em sua área de atuação, de acordo com as diretrizes nacionais em vigor e nos termos da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, construídas com efetiva participação da sociedade;

XIX – garantir o acesso e a permanência na escola dos povos indígenas e quilombolas, cidadãos do campo, pessoas com deficiência, crianças, jovens, adultos e idosos, e de toda a população historicamente excluída;

XX – contribuir para a efetiva implementação da Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.

## CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES DOS ENTES FEDERADOS

**Art. 4º** No âmbito do SNE, compete à União:

I – coordenar o SNE e efetuar a formulação democrática da política nacional de educação;

II – articular os diferentes níveis e sistemas de ensino;

III – prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com vistas a assegurar a oferta de educação básica pública de qualidade, tendo como referência o CAQ;

IV – fomentar a pactuação entre o Estado e seus Municípios, bem como o associativismo municipal;

V – financiar, coordenar, regular, supervisionar e avaliar as instituições públicas federais de educação superior, assim com as instituições de educação básica, técnica e tecnológica que compõem a rede de ensino federal;

VI – coordenar o processo de avaliação e monitoramento do PNE, em colaboração com Estados, Distrito Federal, Municípios e demais instâncias previstas nas leis instituidoras dos planos nacionais de educação;

VII – criar e manter a Comissão Intergestores Tripartite da Educação (Cite);

VIII – criar e manter, no âmbito da Cite, a Câmara de Apoio Normativo (CAN);



## SENADO FEDERAL

IX – manter, no âmbito da Cite, a Câmara Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (Cifeb);

X – implementar as políticas de avaliação da educação básica e superior, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

XI – manter e gerir o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes);

XII – promover a integração entre os sistemas estaduais e municipais de avaliação da educação básica e o Sinaeb, conduzido pela União, bem como entre o Sinaeb e o Sinaept;

XIII – promover a articulação das políticas de desenvolvimento da educação superior, especialmente da rede federal de educação superior e tecnológica com as das redes estaduais e municipais de educação, bem como com as da rede privada;

XIV – promover a articulação das políticas de regulação, supervisão e avaliação da educação superior com as políticas de formação inicial e continuada de professores pactuadas na Cite;

XV – manter sistemas de informações e estatísticas educacionais para subsidiar o planejamento da oferta e a pactuação federativa, no âmbito das instâncias permanentes de pactuação federativa previstas no art. 9º;

XVI – cumprir as obrigações articuladas e acordadas no âmbito da Cite;

XVII – assegurar a oferta, a manutenção e o desenvolvimento da educação escolar das populações do campo e das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, sem prejuízo das contrapartidas por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Art. 5º** No âmbito do SNE, compete aos Estados:

I – coordenar, regulamentar, avaliar e supervisionar seus sistemas de ensino, considerando as necessidades dos Municípios que optem por se integrar ao sistema estadual de ensino;

II – criar e manter a respectiva Comissão Intergestores Bipartite da Educação (Cibe);

III – desenvolver mecanismos específicos para fortalecer a capacidade institucional dos Municípios;

IV – definir e aplicar metodologia, em colaboração com os Municípios, para monitorar e avaliar periodicamente os planos estaduais de educação, de modo articulado com a metodologia adotada para monitorar e avaliar o PNE;

V – coordenar, em seu território, mediante pactuação com seus Municípios, no âmbito da respectiva Cibe, a oferta de educação escolar pública obrigatória;

VI – integrar, no território, a oferta de educação escolar pública com os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, mediante pactuação na Cite e na respectiva Cibe;

VII – prestar assistência técnica e financeira aos Municípios para promover a equalização de oportunidades educacionais, tendo como referência o CAQ;

VIII – desenvolver sistemas próprios de avaliação da educação básica, em articulação com os Municípios;

IX – assegurar a integração entre seus sistemas próprios de avaliação da educação básica e da educação profissional e tecnológica e os respectivos sistemas nacionais de avaliação conduzidos pela União;

X – articular suas políticas de desenvolvimento da educação superior com as da União, com as da sua rede de educação básica e com as das redes de educação básica de seus Municípios;

XI – cumprir as obrigações pactuadas no âmbito da Cite e da respectiva Cibe.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso VII do **caput** deste artigo, respeitada a autonomia dos entes federativos, consideram-se como prioritários, na forma do regulamento, os sistemas de ensino que apresentarem situação crítica de desempenho nos indicadores das avaliações educacionais e maior carência de recursos para cumprimento dos padrões mínimos de qualidade.

**Art. 6º** No âmbito do SNE, compete aos Municípios:

I – coordenar, regulamentar, avaliar e supervisionar os seus sistemas de ensino, salvo os casos em que optem por se integrar ao sistema estadual de ensino, conforme disposto no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

II – integrar nos respectivos territórios a oferta de educação escolar pública com os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, de acordo com pactuação estabelecida na Cite e na Cibe correspondente;

III – organizar e dimensionar a demanda local, com apoio do respectivo Estado, como forma de subsidiar o planejamento regional da oferta de educação escolar pública;

IV – elaborar o plano municipal de educação, com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil e em consonância com os planos estadual e nacional de educação;

V – monitorar e avaliar periodicamente o respectivo plano municipal de educação, de modo articulado com as metodologias adotadas para monitorar e avaliar o PNE e o correspondente plano estadual de educação;

VI – assegurar a integração entre sistemas próprios de avaliação da educação básica e o Sinaeb, conduzido pela União;

VII – cumprir as obrigações pactuadas no âmbito da Cite e da respectiva Cibe.

**Art. 7º** É facultado aos entes federados promover formas de associação federativa para financiar e executar programas, projetos e ações na área da educação, observadas as necessidades, especificidades e identidades educacionais, sociais, econômicas e culturais dos envolvidos.

**Art. 8º** Ao Distrito Federal aplicam-se, no que couber, as disposições dos arts. 5º e 6º.

### CAPÍTULO III

#### DA ESTRUTURA DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (SNE)



## SENADO FEDERAL

### **Seção I** **Das Instâncias Permanentes de Pactuação Federativa**

**Art. 9º** São instâncias permanentes de pactuação federativa:

I – a Comissão Intergestores Tripartite da Educação (Cite), instância de âmbito nacional, responsável pela negociação e articulação entre gestores dos três níveis de governo;

II – as Comissões Intergestores Bipartites da Educação (Cibes), instâncias de âmbito subnacional, responsáveis pela negociação e pactuação entre gestores da educação de Estados e Municípios.

§ 1º A Cite e as Cibes são os fóruns responsáveis por definir parâmetros, diretrizes educacionais e aspectos operacionais, administrativos e financeiros do regime de colaboração, na forma desta Lei Complementar, com vistas à gestão coordenada da política educacional.

§ 2º A Cite e as Cibes serão criadas por ato do respectivo Poder Executivo, resguardadas a participação e a representatividade das esferas de governo que as compõem, nos termos desta Lei Complementar.

§ 3º As instâncias permanentes de pactuação federativa deverão instituir espaços de formação inicial e continuada de seus representantes em relação aos temas atinentes à sua esfera de atuação.

**Art. 10.** As deliberações da Cite e das Cibes serão tomadas por unanimidade, na forma de seus respectivos regimentos internos.

§ 1º As deliberações das quais resultarem obrigações administrativas ou financeiras a ente federado serão acompanhadas de estimativas e memória de cálculo do impacto orçamentário-financeiro, que serão publicadas junto com as atas, na forma do § 2º e do regulamento.

§ 2º As deliberações serão registradas em atas circunstanciadas, lavradas conforme o regimento interno de cada Comissão e publicadas nos respectivos sítios eletrônicos.

**Art. 11.** Os gestores responsáveis pela política educacional em cada nível de governo compõem a Cite e as Cibes, de acordo com o disposto nesta Lei Complementar.

§ 1º A composição da Cite será formalizada em ato do Ministro de Estado da Educação.

§ 2º No âmbito da Cite, os representantes dos Estados e dos Municípios devem ser, respectivamente, secretários de Estado de educação e dirigentes municipais de educação.

§ 3º A composição das Cibes será formalizada em ato do secretário de Estado da educação competente.

§ 4º A participação na Cite e nas Cibes é função não remunerada de relevante interesse público, e seus membros, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

§ 5º É facultada às Comissões a criação de grupos de trabalho e de câmaras técnicas, de acordo com temas específicos, contando com a participação de especialistas e representantes da sociedade civil organizada.

§ 6º No âmbito da Cite, serão instaladas as seguintes câmaras técnicas, sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias:

I – Câmara de Apoio Normativo (CAN);

II – Câmara Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (Cifeb).

§ 7º As despesas da Cite correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação (MEC), salvo transportes e diárias.

§ 8º Instâncias das áreas de planejamento, orçamento ou finanças dos respectivos entes federados deverão ser consultadas em questões atinentes à sua esfera de atuação.

**Art. 12.** Em suas deliberações, as comissões permanentes de pactuação federativa deverão considerar, à luz da realidade social da União e de cada Estado, as necessidades específicas das populações do campo e das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas.

**Art. 13.** A Cite e as Cibes deverão considerar, em suas deliberações, as necessidades específicas da educação inclusiva e do atendimento a crianças e adolescentes cujos direitos tenham sido ameaçados ou violados.

### **Subseção I**

#### **Da Comissão Intergestores Tripartite da Educação (Cite)**

**Art. 14.** A Cite é composta paritariamente por gestores representantes dos três níveis de governo, da seguinte forma:

I – 5 (cinco) representantes da União e 5 (cinco) suplentes, sendo 1 (um) representante e 1 (um) suplente indicados pelo Ministro de Estado da Economia e 4 (quatro) representantes e 4 (quatro) suplentes indicados pelo Ministro de Estado da Educação, que presidirá a Comissão;

II – 5 (cinco) representantes dos Estados e 5 (cinco) suplentes, sendo 1 (um) de cada região do País, indicados pelo presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Educação (Consed);

III – 5 (cinco) representantes dos Municípios e 5 (cinco) suplentes, sendo 1 (um) de cada região do País, indicados pelo presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

§ 1º O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) subsidiarão tecnicamente a tomada de decisão no âmbito da Cite, sem prejuízo de consulta a outras instituições e órgãos técnicos.

§ 2º A Cite será regida por regimento interno, por ela elaborado e aprovado de forma unânime.





§ 3º A Cite ouvirá entidades representativas da rede privada de educação, quando tratar de matéria afeta a esse segmento.

§ 4º A Cite contará com estrutura técnica e administrativa definida em regimento interno, mantida pelo MEC.

§ 5º A Cite elaborará normas operacionais básicas resultantes das negociações realizadas no âmbito da sua esfera de atuação, de efeito vinculante e cumprimento obrigatório por todas as instâncias envolvidas.

§ 6º As decisões tomadas no âmbito da Cite deverão estar em consonância com as metas e estratégias do PNE vigente.

**Art. 15.** Compete à Cite estabelecer:

I – a assistência técnica e financeira da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, respeitada a autonomia de cada ente;

II – as contrapartidas, por parte dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, à assistência técnica e financeira da União;

III – os parâmetros nacionais de qualidade e de acesso para todas as etapas, as modalidades e os tipos de estabelecimento de ensino da educação básica pública;

IV – as diretrizes e a metodologia para a formulação do CAQ nacional, com base em proposta tecnicamente fundamentada e conforme o § 3º do art. 38;

V – as diretrizes para o estabelecimento nas Cibes do valor do CAQ de âmbito estadual, com base em proposta técnica fundamentada, e os valores do CAQ de âmbito estadual, após análise técnica das propostas das Cibes;

VI – os subsídios para a elaboração das diretrizes nacionais das carreiras docentes da educação básica pública;

VII – os subsídios para a elaboração das diretrizes para os processos nacionais de avaliação da educação escolar pública;

VIII – os subsídios para a elaboração da política de formação inicial e continuada de professores, com base em quantificação objetiva da demanda;

IX – os subsídios para a elaboração das diretrizes para a implementação e atualização periódica da base nacional comum curricular;

X – as diretrizes para o planejamento regional a ser realizado pelas Cibes;

XI – as diretrizes para o fortalecimento da capacidade institucional dos entes subnacionais;

XII – os subsídios para a elaboração das estratégias para a seleção e formação de gestores escolares;

XIII – as diretrizes para quantificação, identificação, busca ativa e outras estratégias voltadas a crianças e jovens fora da escola;

XIV – as diretrizes para cessão, doação e permuta de infraestrutura escolar, móveis e servidores públicos;

XV – a matriz de responsabilidades dos entes federativos para a execução das estratégias do PNE definidas em lei;

XVI – as diretrizes para avaliação e monitoramento do PNE;

XVII – a suplementação financeira da União a Estados e Municípios, nos termos do art. 40;

XVIII – outros temas relacionados ao planejamento e à formulação da política nacional de educação básica.

§ 1º No estabelecimento das contrapartidas de que trata este artigo, a Cite considerará indicadores de gestão relativos às redes e secretarias de educação.

§ 2º Os repasses financeiros poderão ser suspensos caso a União identifique o descumprimento das contrapartidas fixadas pela Cite.

§ 3º Os critérios legais e infralegais para a distribuição da assistência financeira da União, incluindo seus programas suplementares, deverão ter em vista sua função redistributiva, privilegiando os entes federados com piores condições fiscais ou socioeconômicas.

## **Subseção II**

### **Das Comissões Intergestores Bipartites da Educação (Cibes)**

**Art. 16.** As Cibes são compostas paritariamente por gestores representantes dos governos estaduais e dos respectivos governos municipais, da seguinte forma:

I – 5 (cinco) representantes do Estado, dentre eles o Secretário Estadual de Educação, que presidirá a Comissão, e 5 (cinco) suplentes;

II – 5 (cinco) representantes dos Municípios do Estado e 5 (cinco) suplentes, titulares das secretarias municipais de educação, indicados pelo presidente da seccional da Undime no Estado.

§ 1º A composição de cada Cibe será formalizada em ato do Secretário Estadual de Educação competente.

§ 2º Cada Cibe poderá convocar órgãos de pesquisa e outras instituições do respectivo Estado, a fim de subsidiar tecnicamente a tomada de decisão.

§ 3º Cada Cibe elaborará normas operacionais básicas resultantes das pactuações realizadas, de efeito vinculante e cumprimento obrigatório por todas as instâncias envolvidas.

**Art. 17.** Cada Cibe será regida por regimento interno, por ela elaborado e aprovado, de forma unânime, e publicado em portaria do Secretário de Estado da Educação.

**Art. 18.** Compete às Cibes pactuar, em cada Estado e, no que couber, no Distrito Federal:

I – o planejamento regional da política de educação do Estado e de seus Municípios;

II – as diretrizes para o fortalecimento da capacidade institucional dos Municípios;

III – a assistência técnica e financeira do Estado aos Municípios, respeitada a autonomia de cada ente;

IV – as contrapartidas dos Municípios à assistência técnica e financeira do Estado;



V – os parâmetros, as metas e as contrapartidas para a realização de transferências voluntárias pelo Estado, respeitada a autonomia de cada ente;

VI – a repartição da oferta do ensino fundamental entre o Estado e seus Municípios;

VII – os subsídios para a elaboração das diretrizes e estratégias de transição entre etapas, modalidades e redes de ensino, considerando a equidade de aprendizagem e a progressão adequada dos estudantes;

VIII – a articulação dos calendários escolares do sistema estadual e dos sistemas municipais de ensino;

IX – os parâmetros, metas e contrapartidas, no âmbito estadual, para a execução compartilhada de programas estaduais de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde do educando;

X – os subsídios para a elaboração de diretrizes e estratégias das carreiras docentes da educação básica pública no âmbito estadual, a partir das diretrizes pactuadas na Cite;

XI – a realização de compras regionais, mediante sistema de registro de preços em escala estadual;

XII – os procedimentos para cessão, doação e permuta de infraestrutura escolar, móveis e servidores públicos, a partir de diretrizes estabelecidas na Cite;

XIII – os subsídios para o estabelecimento das formas de implementação do currículo no território, em conformidade com a base nacional comum curricular e as demais normas nacionais, apoiando a elaboração dos currículos das redes de ensino e dos projetos pedagógicos das escolas;

XIV – os subsídios para a elaboração de diretrizes e estratégias para a seleção e formação de gestores escolares;

XV – as dimensões dos sistemas de ensino a serem avaliadas no âmbito de sistemas estaduais de avaliação da educação básica;

XVI – as diretrizes para quantificação, identificação e implementação compartilhada de programas de busca ativa e de outras estratégias voltadas às crianças e aos jovens fora da escola;

XVII – o envio à Cite de proposta de cálculo do CAQ no âmbito estadual, a partir de metodologia pactuada na Cite;

XVIII – outros temas relacionados ao planejamento, à formulação e à execução da política de educação básica no Estado.

Parágrafo único. O planejamento anual da oferta de educação escolar pública no Estado será aprovado em cada Cibe até o dia 31 de julho de cada exercício, para vigência no exercício seguinte.

## **Seção II**

### **Da Câmara de Apoio Normativo (CAN)**

**Art. 19.** A CAN é a instância consultiva nacional de negociação e pactuação, entre representantes dos órgãos normativos dos sistemas de ensino dos três níveis de governo, de diretrizes nacionais normativas para a educação.

**Art. 20.** A CAN tem as seguintes atribuições:

I – prestar assessoria técnico-normativa à Cite;  
II – discutir e contribuir com o processo de elaboração de diretrizes nacionais pelo CNE;

III – apoiar o desenvolvimento de mecanismos de implementação das diretrizes nacionais nos sistemas federal, distrital, estaduais e municipais de ensino;

IV – desenvolver mecanismos de fortalecimento dos conselhos de educação estaduais e municipais de ensino;

V – apresentar propostas para a elaboração de diretrizes complementares no âmbito dos respectivos conselhos de educação;

VI – propor a uniformização das normas de competência estadual, no que couber, e especificamente as relativas à certificação para a educação profissional e tecnológica.

**Art. 21.** A CAN é composta por representantes das instâncias normativas dos três níveis de governo, da seguinte forma:

I – 5 (cinco) representantes do CNE;

II – 5 (cinco) representantes dos Conselhos Estaduais de Educação, assegurada a participação de cada uma das 5 (cinco) regiões político-administrativas do Brasil, indicados pelo Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede);

III – 5 (cinco) representantes dos Conselhos Municipais de Educação, assegurada a participação de cada uma das 5 (cinco) regiões político-administrativas do Brasil, indicados pela União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

§ 1º Para cada um dos representantes referidos nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo, será designado o respectivo suplente.

§ 2º A participação na CAN é função não remunerada de relevante interesse público, e seus membros, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

§ 3º As despesas da CAN correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC.

### **Seção III**

#### **Da Câmara Intergovernamental de Financiamento da Educação Básica de Qualidade (Cifeb)**

**Art. 22.** A Cifeb é a instância responsável por definir, acompanhar e monitorar as diretrizes de financiamento estabelecidas no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), nos termos da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

**§ 1º Compete à Cifeb:**

I – especificar anualmente, observados os limites definidos na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, as diferenças e as ponderações aplicáveis:



a) às diferentes etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, observado o disposto no art. 9º da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, considerada a correspondência ao custo médio da respectiva etapa, modalidade e tipo de estabelecimento de ensino da educação básica;

b) ao nível socioeconômico dos educandos, aos indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação e aos indicadores de utilização do potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, nos termos do art. 10 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020;

II – monitorar e avaliar as condicionalidades definidas no § 1º do art. 14 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, com base em proposta tecnicamente fundamentada do Inep;

III – aprovar a metodologia de cálculo do custo médio das diferentes etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica, elaborada pelo Inep, consideradas as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade;

IV – aprovar a metodologia de cálculo dos indicadores de nível socioeconômico dos educandos, elaborada pelo Inep, e as metodologias de cálculo da disponibilidade de recursos vinculados à educação e do potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, elaboradas pelo Ministério da Economia;

V – aprovar a metodologia de cálculo dos indicadores de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica, referidos no inciso III do **caput** do art. 5º da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, elaborada pelo Inep, observado o disposto no § 2º do art. 14 da mesma Lei;

VI – aprovar a metodologia de aferição das condicionalidades referidas no inciso III do **caput** do art. 5º da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, elaborada pelo Inep, observado o disposto no § 1º do art. 14 da mesma Lei;

VII – aprovar a metodologia de cálculo do indicador referido no parágrafo único do art. 28 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, elaborada pelo Inep, para aplicação, pelos Municípios, de recursos da complementação-VAAT na educação infantil;

VIII – aprovar a metodologia de apuração e monitoramento do exercício da função redistributiva dos entes em relação a suas escolas, de que trata o § 2º do art. 25 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, elaborada pelo MEC;

IX – elaborar ou requisitar a elaboração de estudos técnicos pertinentes, sempre que necessário;

X – elaborar seu regimento interno, por meio de portaria do Ministro de Estado da Educação;

XI – exercer outras atribuições conferidas em lei.

§ 2º Serão adotados como base para a decisão da Cifeb os dados do censo escolar anual mais atualizado realizado pelo Inep.

§ 3º A existência prévia de estudos sobre custos médios das etapas, modalidades e tipos de ensino, nível socioeconômico dos estudantes, disponibilidade de recursos



vinculados à educação e potencial de arrecadação de cada ente federado, anualmente atualizados e publicados pelo Inep, é condição indispensável para decisão, pela Cifeb, de promover alterações na especificação das diferenças e das ponderações referidas no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 4º A Cifeb exercerá suas competências em observância às garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do **caput** do art. 208 da Constituição Federal e às metas do PNE.

§ 5º No ato de publicação das ponderações dispostas no inciso I do § 1º deste artigo, a Cifeb deverá publicar relatório detalhado com a memória de cálculo sobre os custos médios, as fontes dos indicadores utilizados e as razões que levaram à definição dessas ponderações.

§ 6º A deliberação da Cifeb referente ao indicador de disponibilidade de recursos vinculados à educação, de que trata o inciso IV do § 1º deste artigo, ocorrerá até o dia 31 de outubro do ano anterior ao exercício de referência e será registrada em ata circunstanciada, lavrada conforme seu regimento interno.

§ 7º Para fins do disposto no § 6º deste artigo, a metodologia de cálculo do indicador de disponibilidade de recursos vinculados à educação deverá ser encaminhada à Cifeb com 30 (trinta) dias de antecedência.

**Art. 23.** A Cifeb será composta de:

I – 5 (cinco) representantes do MEC, incluídos 1 (um) representante do Inep e 1 (um) representante do FNDE;

II – 1 (um) representante dos secretários estaduais de educação de cada uma das 5 (cinco) regiões político-administrativas do Brasil indicado pelas seções regionais do Consed;

III – 1 (um) representante dos secretários municipais de educação de cada uma das 5 (cinco) regiões político-administrativas do Brasil indicado pelas seções regionais da Undime.

§ 1º As deliberações da Cifeb serão registradas em ata circunstanciada, lavrada conforme seu regimento interno.

§ 2º As deliberações relativas à especificação das ponderações constarão de resolução publicada no Diário Oficial da União até o dia 31 de julho de cada exercício, para vigência no exercício seguinte.

§ 3º A participação na Cifeb é função não remunerada de relevante interesse público, e seus membros, quando convocados, farão jus a transporte e diárias.

§ 4º Para cada um dos representantes referidos nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo, será designado o respectivo suplente.

§ 5º As despesas da Cifeb correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC.

#### **Seção IV**

#### **Dos Conselhos, das Conferências e dos Fóruns de Educação**



## **Subseção I Dos Conselhos**

**Art. 24.** Os Conselhos de Educação são órgãos instituídos por lei específica de cada ente federado, com função normativa, deliberativa e de assessoramento técnico ao Poder Executivo, com representatividade do poder público e da sociedade civil, compreendendo:

I – o CNE, no âmbito do sistema nacional de educação;

II – os Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no âmbito de seus respectivos sistemas de ensino.

§ 1º As atribuições dos Conselhos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação serão exercidas nos limites das competências fixadas por suas leis instituidoras e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

§ 2º Incumbe aos Poderes Executivos assegurar, na esfera de sua atuação, a autonomia técnico-pedagógica, administrativa e financeira dos Conselhos, por meio de dotação orçamentária própria.

§ 3º É garantida a eleição do presidente da instituição entre os pares dos respectivos Conselhos, na forma do regulamento.

**Art. 25.** Os Conselhos Estaduais de Educação terão entre seus conselheiros a representação da Undime no respectivo Estado e, na forma do regulamento, dos profissionais da educação.

## **Subseção II Das Conferências e dos Fóruns de Educação**

**Art. 26.** A União promoverá, a cada 4 (quatro) anos, a realização de conferência nacional de educação, precedida de conferências municipais, distrital e estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação.

**Art. 27.** O Fórum Nacional de Educação, de caráter permanente, é espaço participativo de mobilização, interlocução e consulta à sociedade, com a função de articular e coordenar as conferências de educação e de monitorar e avaliar a execução do PNE.

§ 1º O Fórum Nacional de Educação, instituído e regulamentado por ato normativo do órgão competente da administração pública federal na área da educação, será composto por representantes:

I – do órgão instituidor;

II – das Secretarias Estaduais, Distrital e Municipais de Educação;

III – dos Conselhos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Educação;

IV – de entidades representativas de estabelecimentos de ensino, públicos e privados, da educação básica e superior;

V – de entidades representativas dos trabalhadores em educação básica e superior, pública e privada, incluindo professores e demais servidores, e dos trabalhadores em geral, incluindo centrais sindicais;



VI – de entidades representativas dos estudantes da educação básica e superior;  
VII – de entidades representativas de pais e responsáveis pelos estudantes;  
VIII – de sociedades e associações científicas;  
IX – de entidades de estudos e pesquisa em educação;  
X – de movimentos em defesa da educação e outros movimentos sociais;  
XI – de entidades representativas de segmentos produtivos da sociedade com interface com a educação;

XII – de outras entidades relevantes para o desenvolvimento da educação.

§ 2º Em cada ente federado será constituído Fórum de Educação, com atribuições similares, no âmbito de seu território, às do Fórum Nacional de Educação.

§ 3º As entidades, sociedades, associações e movimentos referidos no § 1º deste artigo contemplarão ao menos os seguintes critérios com relação ao seu perfil:

I – amplo reconhecimento público em, ao menos, 1 (um) segmento da educação escolar ou setor da sociedade, conforme disposto em regulamento;

II – abrangência nacional, tendo atuação em todas as regiões geográficas do País na área da educação;

III – atuação efetiva de, no mínimo, 4 (quatro) anos na área da educação;

IV – comprovação de filiados, associados e pessoas representadas pela sua atuação.

§ 4º A composição do Fórum Nacional de Educação poderá ser alterada, exclusivamente, por decisão do seu Pleno, em reunião ordinária marcada com esse objetivo, com presença de, no mínimo, 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 5º As despesas relativas ao funcionamento dos Fóruns Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Educação deverão ser previstas nos orçamentos anuais dos respectivos entes da Federação, de modo a assegurar adequadas condições de funcionamento.

§ 6º A participação nos Fóruns de Educação é função não remunerada de relevante interesse público, e seus membros, quando convocados, farão jus a transporte e diárias, bem como a condições adequadas de trabalho.

**Art. 28.** Será instituído e regulamentado por ato normativo do órgão competente da administração pública federal na área da educação o Fórum de Valorização dos Profissionais da Educação, com os seguintes objetivos:

I – acompanhar a atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

II – propor à Cite estratégias para a obtenção e a organização de informações sobre o cumprimento do piso pelos entes federativos, bem como sobre os planos de carreira e remuneração;

III – contribuir para a regulamentação do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal;

IV – acompanhar a evolução da remuneração dos profissionais da educação por meio de fontes oficiais de pesquisa e informação;



## SENADO FEDERAL

V – contribuir para a formulação de políticas voltadas à garantia da valorização dos profissionais da educação básica e superior, pública e privada, com relação à formação inicial e continuada, carreira, remuneração, salário, condições de saúde e relações democráticas de trabalho, em sintonia com as metas e estratégias do plano decenal de educação vigente;

VI – contribuir para a formulação de diretrizes nacionais de carreira e de formação inicial e continuada.

§ 1º O Fórum de Valorização dos Profissionais da Educação terá a seguinte composição:

I – 3 (três) representantes e 3 (três) suplentes do órgão instituidor;

II – 3 (três) representantes e 3 (três) suplentes das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, indicados pelo Consed;

III – 3 (três) representantes e 3 (três) suplentes das Secretarias de Educação dos Municípios, indicados pela Undime;

IV – 3 (três) representantes e 3 (três) suplentes dos profissionais da educação básica pública, indicados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);

V – 1 (um) representante e 1 (um) suplente dos servidores federais da educação básica, profissional e tecnológica, indicados pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe);

VI – 1 (um) representante e 1 (um) suplente dos trabalhadores técnico-administrativos em instituições de ensino superior públicas, indicados pela Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra);

VII – 1 (um) representante e 1 (um) suplente dos docentes do ensino superior, indicados pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN);

VIII – 1 (um) representante e 1 (um) suplente dos professores de instituições federais de ensino superior e de ensino básico técnico e tecnológico, indicados pela Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Proifes);

IX – 1 (um) representante e 1 (um) suplente de entidade científica com atuação no campo da formação e valorização dos profissionais da educação, indicados pela Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope);

X – 1 (um) representante e 1 (um) suplente de entidade representativa de profissionais da educação do setor privado, indicados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee).

§ 2º As reuniões do Fórum de Valorização dos Profissionais da Educação serão registradas em ata circunstanciada, lavrada conforme os dispositivos do seu regimento interno.

§ 3º O órgão instituidor do Fórum de Valorização dos Profissionais da Educação assegurará as adequadas condições para seu funcionamento.

## SENADO FEDERAL

§ 4º A participação no Fórum de Valorização dos Profissionais da Educação é função não remunerada de relevante interesse público, e seus membros, quando convocados, farão jus a transporte e diárias, bem como a condições adequadas de trabalho.

### **Seção V**

#### **Dos Instrumentos do SNE**

**Art. 29.** São instrumentos do SNE:

I – as pactuações da Cite e das Cibes, descritas em normas operacionais básicas e atas de reuniões lavradas e publicadas;

II – o planejamento e a avaliação periódicos e participativos da educação;

III – os planos decenais de educação nacional, estaduais, distrital e municipais;

IV – os mecanismos automáticos de redistribuição de recursos, tais como as transferências financeiras legais e constitucionais;

V – os consórcios, convênios, acordos de cooperação técnica e outras formas de associação federativa previstas em lei;

VI – as avaliações educacionais;

VII – os territórios etnoeducacionais indígenas;

VIII – a integração de infraestrutura e de plataformas tecnológicas.

**Art. 30.** Lei estabelecerá o PNE, de duração decenal, com o objetivo de articular o SNE, em regime de colaboração, e de definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação.

**Art. 31.** Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estabelecerão em lei seus respectivos planos de educação, em consonância com as diretrizes, objetivos, metas e estratégias previstas no PNE, em calendário articulado ao da discussão e ao da publicação desse Plano.

**Art. 32.** Os processos de elaboração, monitoramento e avaliação dos planos de educação serão realizados com ampla participação de representantes da comunidade educacional e da sociedade civil.

**Art. 33.** Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência de cada PNE, o Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, sem prejuízo das prerrogativas deste Poder, o projeto de lei referente ao PNE do período subsequente, fundamentado em diagnóstico e avaliação global, elaborados com auxílio do Inep e do FNDE.

Parágrafo único. A avaliação global sobre o PNE em vigência, que será conduzida pelo MEC, com apoio do Inep, deverá ser publicizada antes do envio do projeto de lei e terá os seguintes componentes, sem prejuízo de outros:

I – possíveis razões dos resultados alcançados para as metas e estratégias estipuladas;

II – balanço sobre a metodologia de planejamento empregada;

III – eficácia do PNE como instrumento ordenador de prioridades e orientador das políticas e programas da União e dos demais entes;



IV – eficácia da integração do PNE com os demais instrumentos de planejamento governamental;

V – atuação das instâncias e órgãos de controle, monitoramento, acompanhamento e avaliação do PNE.

### **Subseção I**

#### **Dos Territórios Etnoeducacionais Indígenas**

**Art. 34.** Os entes federativos organizarão seus sistemas de modo a garantir regime de colaboração específico para a implementação de modalidades de educação escolar que considerem territórios etnoeducacionais e para a utilização de estratégias que levem em conta as identidades e especificidades socioculturais e linguísticas de cada comunidade envolvida, assegurada a consulta prévia e informada a essa comunidade.

§ 1º Os territórios etnoeducacionais, construídos com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitadas suas necessidades e especificidades, são formas de organização mediante as quais a União presta apoio técnico e financeiro às ações voltadas à ampliação da oferta da educação escolar às comunidades indígenas.

§ 2º A educação escolar indígena será organizada com a participação dos povos indígenas, observada a sua territorialidade e respeitadas suas necessidades, considerando a legislação vigente e as diretrizes nacionais aprovadas pelo CNE.

§ 3º A educação indígena terá processo específico de avaliação, a ser regulamentado em instrumento próprio.

§ 4º Serão criados fóruns permanentes de negociação, com representantes dos gestores da educação e das comunidades indígenas em cada sistema de ensino, para discutir e definir a regulamentação, a pactuação, a implementação e a operacionalidade das políticas voltadas aos povos indígenas, com ampla participação das comunidades, notadamente por meio das conferências de educação escolar indígena.

§ 5º Em quaisquer circunstâncias, no caso dos estabelecimentos de ensino instalados em terras indígenas, decisões que envolvam gestão implicarão declaração de anuência subscrita por cacique e lideranças da comunidade indígena, em respeito aos direitos desses povos a uma educação específica, diferenciada, intercultural, bilíngue/multilíngue e comunitária.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

#### **Seção I**

##### **Do Financiamento da Educação Básica**

**Art. 35.** O financiamento da educação básica nacional, de responsabilidade da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de atender às regras estabelecidas na Constituição Federal, na legislação e nas normas aplicáveis, será orientado

pela construção de equidade no financiamento dos sistemas públicos de educação básica, por padrão mínimo de qualidade pactuado no âmbito da Cite e pelo correspondente CAQ, referido no § 7º do art. 211 da Constituição Federal.

**Art. 36.** A equalização de oportunidades na educação básica entre as redes públicas de ensino será realizada por meio do Fundeb, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal, e por outras fontes alocadas à função supletiva da União e dos Estados, nos termos do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Parágrafo único. As transferências voluntárias da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados a seus Municípios, respectivamente, serão precedidas de pactuação na Cite e na Cibe de cada Estado, que fixarão diretrizes, critérios e contrapartidas pertinentes, se for o caso.

### **Subseção I** **Do Custo Aluno Qualidade (CAQ)**

**Art. 37.** Fica estabelecido o CAQ como expressão do valor nacional por aluno necessário, em cada etapa, modalidade e tipo de estabelecimento de ensino, a cada ano, à garantia do padrão mínimo de qualidade a que se referem os §§ 1º e 7º do art. 211 da Constituição Federal.

§ 1º O CAQ constituirá parâmetro referencial orientador para a alocação dos recursos disponíveis para manutenção e desenvolvimento do ensino nos entes federados.

§ 2º O CAQ em âmbito nacional preverá insumos relacionados às seguintes dimensões, sem prejuízo de outras:

I – estrutura física, tecnológica e de pessoal das escolas e das redes públicas de educação básica;

II – estrutura das carreiras docentes dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III – gestão democrática;

IV – programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, entre outros;

V – indicadores de gestão.

§ 3º Os indicadores de gestão considerarão as seguintes dimensões, sem prejuízo de outras:

I – estrutura dos planos de carreira estaduais e municipais, considerando:

a) a adoção de cargo único de professor;

b) a jornada de trabalho;

c) a dispersão salarial, a amplitude da carreira e os critérios de progressão;

d) a porcentagem de professores temporários ou com vínculo precário em relação

ao total de docentes;

II – eficiência das redes estaduais e municipais, considerando:

a) a relação professor-aluno;



b) a relação entre profissionais do magistério em efetivo exercício e em funções administrativas ou de suporte à docência;

c) a relação entre servidores da secretaria de educação e o número de matrículas da respectiva rede de ensino;

d) o quantitativo de professores afastados, licenciados ou cedidos a outros órgãos;

e) resultados educacionais, inclusive os relacionados à aprendizagem e ao fluxo escolar, consideradas as condições socioeconômicas e fiscais do ente federado.

§ 4º A definição do CAQ deverá considerar o orçamento público anual de cada ente federado e as necessidades e especificidades locais.

§ 5º Além dos insumos previstos no § 2º, o CAQ em âmbito nacional considerará, na forma do regulamento, a abordagem por resultados.

**Art. 38.** Compete à Cite definir o CAQ em nível nacional, de acordo com as características das etapas e modalidades de ensino, respeitado o disposto no § 2º do art. 40 e os seguintes aspectos:

I – fatores de ponderação do Fundeb, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal;

II – indicadores de vulnerabilidade social.

§ 1º Ao Inep compete realizar estudos técnicos com vistas a subsidiar a definição e a atualização do CAQ em âmbito nacional, sem prejuízo da colaboração de outras instituições.

§ 2º A definição do CAQ nacional deverá ser precedida da apresentação de pelo menos 1 (uma) proposta tecnicamente fundamentada, que considere os impactos administrativos e orçamentários, a ser elaborada pelo Inep.

§ 3º A metodologia e os cálculos utilizados para pactuação do padrão mínimo de qualidade do ensino na educação básica e do CAQ em âmbito nacional serão atualizados e publicados até o final de cada ano, com validade para o ano subsequente.

**Art. 39.** Compete às Cibes, considerando a proposta técnica elaborada pelo Inep para cada Estado, proporem à Cite o CAQ nos respectivos Estados, a partir da pactuação acerca da compatibilidade entre o CAQ em âmbito nacional e a efetiva disponibilidade de recursos financeiros em cada Estado para aplicação em manutenção e desenvolvimento de ensino.

Parágrafo único. A Cite aprovará a definição do CAQ de cada Estado, podendo ajustar a proposta da respectiva Cibe, de modo fundamentado, sem prescindir do atendimento às especificidades regionais e locais, de acordo com os parâmetros de aplicação da metodologia de CAQ definida pela Cibe.

**Art. 40.** É facultada à União, na forma da lei, a suplementação de recursos financeiros aos entes federados cuja disponibilidade de recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino não permita assegurar a implementação de padrão mínimo de qualidade.

§ 1º O valor do CAQ em âmbito nacional será progressivamente assegurado a todos os estabelecimentos públicos de educação básica do País.

## SENADO FEDERAL

§ 2º A suplementação financeira referida no **caput**:

I – terá como referência o CAQ aplicável à cada ente federado e a disponibilidade orçamentária anual da União;

II – será calculada considerando:

a) os recursos já obrigatoriamente distribuídos pela complementação da União ao Fundeb, nos termos da legislação específica;

b) os demais recursos da União distribuídos aos entes federados para manutenção e desenvolvimento do ensino e para os programas suplementares de apoio ao estudante da educação básica; e

c) os demais recursos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vinculados à educação;

III – será definida pela Cite, respeitada a unanimidade prevista no art. 10 desta Lei Complementar e as diretrizes previstas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

## Seção II

### Do Financiamento da Educação Superior

**Art. 41.** Cabe a cada ente federado assegurar, anualmente, na lei orçamentária, recursos suficientes para manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ele mantidas.

**Art. 42.** É facultado à União participar do financiamento das instituições estaduais e municipais de educação superior, mediante convênios ou consórcios públicos.

Parágrafo único. Para fins do disposto no **caput**, serão atendidas as seguintes condições:

I – existência de dotação orçamentária específica;

II – estabelecimento de contrapartidas para a expansão da oferta de vagas e de qualificação dos cursos e programas na rede federal de ensino e para a criação de novos estabelecimentos e cursos de ensino superior, observada a existência de dotação orçamentária específica.

**Art. 43.** A União manterá, nos termos da lei, programas de assistência estudantil, ação afirmativa e inclusão social para os estudantes matriculados em sua rede de instituições de educação superior e de educação profissional e tecnológica.

**Art. 44.** A União manterá, nos termos da lei, programas de financiamento estudantil, por meio de subsídios tributários, financeiros ou creditícios, para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica matriculados em instituições privadas de educação superior.

## CAPÍTULO V

### DA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL



## SENADO FEDERAL

**Art. 45.** O processo de avaliação dos sistemas de ensino compreenderá, entre outras, ações para:

I – realizar processo nacional de avaliação das condições de oferta, das condições socioeconômicas dos estudantes e de rendimento escolar, na educação básica e na educação superior;

II – avaliar e divulgar os resultados de projetos e experiências educacionais desenvolvidos nas escolas;

III – assegurar as condições adequadas para o processo de avaliação institucional na educação básica, na educação profissional e tecnológica e na educação superior, provendo os meios necessários para sua realização e promovendo avaliação participativa pelos membros da comunidade educacional;

IV – organizar, manter e disseminar dados e informações sobre avaliação da educação básica, da educação profissional e tecnológica e da educação superior, que considerem os recortes de renda, raça/cor, etnia, sexo, idade, identidade de gênero, deficiência, localidade, região e diversidade sexual;

V – elaborar e divulgar índices para a avaliação dos sistemas de ensino, de acordo com a legislação vigente;

VI – avaliar a qualidade das instituições formadoras e dos cursos de formação docente;

VII – desenvolver e implementar sistemas de informação e documentação;

VIII – articular-se com instituições nacionais, estrangeiras e internacionais, mediante acordos de cooperação;

IX – desenvolver de modo democrático sistemas e projetos de avaliação institucional da educação.

**Art. 46.** O Sinaeb, o Sinaept e o Sinaes ficam integrados ao SNE.

Parágrafo único. Nos processos de avaliação de âmbito nacional, a atuação da União dar-se-á em colaboração com os sistemas que tiverem responsabilidade sobre os níveis de ensino avaliados.

### Seção I

#### Do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Sinaeb)

**Art. 47.** O Sinaeb, coordenado pela União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, constituirá fonte de informação para a avaliação da qualidade na educação básica e para a orientação das políticas públicas desse nível de ensino, observado o disposto nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. São objetivos do Sinaeb:

I – aferir o nível e a equidade no acesso escolar e na aprendizagem dos alunos, bem como a qualidade e a equidade no padrão de oferta dos sistemas de ensino;

II – produzir e divulgar dados e informações que contribuam para o aprimoramento, a transparência e o controle social das políticas educacionais, orientando sua formulação e revisão.



**Art. 48.** As avaliações do Sinaeb serão realizadas com periodicidade de, no máximo, 2 (dois) anos.

§ 1º O sistema de avaliação referido no **caput** produzirá, no máximo a cada 2 (dois) anos, indicadores educacionais referentes às diversas dimensões a serem avaliadas dos sistemas de ensino e das escolas, incluindo, sem o prejuízo de outras:

- I – o perfil do corpo discente e docente;
- II – o acesso, a permanência, o nível e a equidade na aprendizagem dos alunos;
- III – o desempenho e a valorização dos docentes;
- IV – o desempenho dos gestores e da gestão escolar;
- V – a qualidade e equidade do padrão de oferta em termos de infraestrutura, instalações, equipamentos e recursos pedagógicos;
- VI – o nível e a equidade no padrão de financiamento;
- VII – o clima organizacional escolar e comunitário;
- VIII – a participação e o controle social na gestão escolar.

§ 2º O nível e a equidade na aprendizagem dos alunos serão aferidos com base nos exames nacionais de avaliação, aplicados em cada instituição de educação básica, com participação de pelo menos 80% (oitenta por cento) dos estudantes em cada ano escolar periodicamente avaliado.

§ 3º Os indicadores previstos no § 1º serão organizados por etapas e modalidades da educação básica, estabelecimento de ensino, rede escolar, unidade da Federação e em nível agregado nacional.

§ 4º Cabe ao Inep a elaboração e o cálculo dos indicadores previstos no § 1º.

**Art. 49.** O Sinaeb promoverá a integração das avaliações nacionais e subnacionais, conforme as diretrizes definidas na Cite.

Parágrafo único. O Sinaeb assegurará a coerência metodológica entre as matrizes de avaliação utilizadas em âmbito nacional e subnacional.

## **Seção II**

### **Do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)**

**Art. 50.** O Sinaes, coordenado pela União, em colaboração com os Estados e o Distrito Federal, nos termos de lei específica, consiste em processo nacional de avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho acadêmico dos estudantes dos cursos de graduação.

Parágrafo único. O Sinaes, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, assegurará:

- I – a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões pedagógicas e de qualidade do ensino;
- II – o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- III – o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;



IV – a participação da comunidade escolar e da sociedade civil, por meio de suas representações, na forma do regulamento.

### **Seção III**

#### **Do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica (Sinaept)**

**Art. 51.** O Sinaept, coordenado pela União, em colaboração com os Estados e o Distrito Federal, nos termos de lei específica, assegurará processo nacional de avaliação das instituições que oferecem educação profissional e tecnológica, de seus cursos e do desempenho de seus estudantes.

§ 1º O Sinaept será desenvolvido em articulação com os sistemas nacionais de avaliação da educação básica e da educação superior e produzirá, a cada 2 (dois) anos:

I – indicadores específicos do rendimento estudantil na educação profissional e tecnológica, referentes ao acesso, à permanência e ao desempenho dos estudantes apurado em exames nacionais de avaliação;

II – indicadores de avaliação institucional, relativos a características como o perfil do alunado e do corpo dos profissionais da educação profissional e tecnológica, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a infraestrutura das instituições formadoras, os recursos pedagógicos disponíveis e os processos da gestão, entre outros.

§ 2º O Sinaept avaliará sistematicamente a articulação entre a educação profissional e tecnológica e o mundo do trabalho.

### **CAPÍTULO VI**

#### **DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 52.** A Cite e as Cibes serão criadas no prazo de 90 (noventa) dias, contado da publicação desta Lei Complementar.

**Art. 53.** No prazo máximo de 2 (dois) anos, contado a partir da aprovação desta Lei Complementar, lei específica de cada ente federado instituirá os sistemas estaduais, distrital e municipais de educação, respeitadas as diretrizes estabelecidas nesta Lei Complementar e o disposto no art. 211 da Constituição Federal, ressalvados os casos dos Municípios optantes por se integrar ao sistema estadual de ensino, conforme disposto no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

§ 1º Os entes federados que, no momento da aprovação desta Lei Complementar, já tenham instituído em lei específica seus sistemas estaduais, distrital ou municipais de educação terão o prazo máximo de 2 (dois) anos, contado a partir da aprovação desta Lei Complementar, para atualizar suas legislações e adequá-las a esta Lei Complementar, observando as diretrizes do SNE e o disposto no art. 211 da Constituição Federal.



§ 2º O MEC prestará assistência técnica aos entes federados para o cumprimento do disposto no **caput**.

**Art. 54.** Durante os primeiros 10 (dez) anos de vigência desta Lei Complementar, a pactuação de contrapartidas na Cite e nas Cibes será realizada de forma a incentivar:

I – a reestruturação dos planos de carreira e remuneração dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – o cumprimento do piso salarial nacional do pessoal de magistério definido em lei;

III – a adoção progressiva de jornada única dos professores, com dedicação exclusiva a uma única escola;

IV – a adoção progressiva da educação em tempo integral;

V – a implementação de estratégias de formação continuada em serviço;

VI – a eficiência na alocação de recursos financeiros;

VII – a implementação da base nacional comum curricular;

VIII – a adequação às normas e legislação aplicáveis acerca das populações do campo e das comunidades tradicionais, indígenas e quilombolas, bem como acerca da educação especial;

IX – a eficiência na alocação de recursos financeiros nos insumos e indicadores definidos no art. 37.

**Art. 55.** A suplementação financeira da União a Estados e Municípios, nos termos do art. 40, terá início a partir de 1º de janeiro de 2027.

**Art. 56.** O art. 8º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º .....

§ 1º A escolha e nomeação dos conselheiros será feita pelo Presidente da República, sendo:

I – pelo menos a metade, obrigatoriamente, dentre os indicados em listas elaboradas especialmente para cada Câmara, mediante consulta a entidades da sociedade civil relacionadas às áreas de atuação dos respectivos colegiados;

II – na Câmara de Educação Básica, além dos indicados nos termos do inciso I e de indicações apresentadas por entidades nacionais que congreguem docentes, estudantes, dirigentes de instituições de ensino e secretários de educação de Municípios, Estados e do Distrito Federal, os seguintes:

a) 1 (um) representante do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação (Foncede);

b) 1 (um) representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme).

III – na Câmara de Educação Superior, a consulta envolverá, necessariamente, indicações formuladas por entidades nacionais, públicas e



## SENADO FEDERAL

particulares, e pelas instituições comunitárias de educação superior, que congreguem os reitores de universidades, os diretores de instituições isoladas, os docentes, os estudantes e os segmentos representativos da comunidade científica.

§ 2º Os representantes definidos nos termos dos incisos II do **caput** serão escolhidos a partir de lista triplíce enviada pelas respectivas instituições.

§ 3º A indicação, a ser feita por entidades e segmentos da sociedade civil, será de brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura.

§ 4º Na escolha dos nomes que comporão as Câmaras, o Presidente da República levará em conta a necessidade de estarem representadas todas as regiões do País e as diversas modalidades de ensino, de acordo com a especificidade de cada colegiado.

§ 5º Os conselheiros terão mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução para o período imediatamente subsequente, havendo renovação de metade das Câmaras a cada 2 (dois) anos, sendo que, quando da constituição do Conselho, metade de seus membros serão nomeados com mandato de 2 (dois) anos.

§ 6º Cada Câmara será presidida por 1 (um) conselheiro escolhido por seus pares, vedada a escolha do membro nato, para mandato de 1 (um) ano, permitida uma única recondução imediata.” (NR)

**Art. 57.** A Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**“Seção V**

**Da Câmara Intergovernamental de Financiamento  
para a Educação Básica de Qualidade**

**Art. 17.** Fica estabelecida, no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite da Educação (Cite), nos termos de lei complementar, a Câmara Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade (Cifeb), com atribuição de definir, acompanhar e monitorar as diretrizes de financiamento estabelecidas no âmbito desta Lei.

I – (revogado);

II – (revogado);

III – (revogado).

§ 1º (Revogado).

§ 2º (Revogado).

§ 3º (Revogado).

§ 4º (Revogado).” (NR)

“Art. 43. ....

## SENADO FEDERAL

.....

§ 3º Para vigência em 2024, as deliberações de que trata o art. 23 da lei complementar que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE) constarão de resolução publicada no Diário Oficial da União até o dia 31 de outubro de 2023, com base em estudos elaborados pelo Inep e pelo Ministério da Economia, e encaminhados à Câmara Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade até 31 de julho de 2023.

.....” (NR)

**Art. 58.** Revogam-se os incisos I, II e III do **caput** e os §§ 1º, 2º, 3º e 4º do art. 17 e os arts. 18 e 19 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

**Art. 59.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no parágrafo único.

Parágrafo único. O disposto nos arts. 22, 23, 57 e 58 terá vigência a partir da data de criação da Cite, nos termos do § 2º do art. 9º e do art. 52 desta Lei Complementar.

Senado Federal, em 17 de MARÇO de 2022 .



Senador Rodrigo Pacheco  
Presidente do Senado Federal